

ECONOMIA EM DIA

Edição especial - Panorama da Política Fiscal Paranaense

PARANÁ



G O V E R N O D O E S T A D O

SECRETARIA DA FAZENDA

Ficha Técnica

Secretário de Estado da Fazenda do Paraná

Norberto Anacleto Ortigara

Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Paraná

Luiz Paulo Budal Pedroso de Almeida

Assessoria Técnica de Economia

Eduardo Fernandes Paim Filho

Juliano Farias dos Santos

Luana Carla Falcão Rebouças da Fonseca

Mateus Ramalho Ribeiro da Fonseca

Matheus Ganzala Nunes Teixeira

Melissa Valeria Bassani

Rafael Fiorott Oliveira

Panorama da Política Fiscal Paranaense

Tempo de leitura entre 4 e 5 minutos.

Juliano Farias dos Santos

A política fiscal do Paraná nos últimos anos caracterizou-se pela prudência na gestão das finanças públicas e pelo fortalecimento contínuo da posição fiscal do Estado. Em 2025, diversos indicadores reforçaram a qualidade da gestão fiscal paranaense, destacando-se a melhora da execução orçamentária, a manutenção dos investimentos em patamar elevado e o reconhecimento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à solidez das finanças estaduais.

Em 2025, a despesa empenhada alcançou R\$ 80,7 bilhões, posicionando o Paraná como o sexto maior orçamento público do país. Naquele exercício, a despesa empenhada avançou 8,9% em relação a 2024, impulsionada principalmente pela expansão das Outras Despesas Correntes (ODC). A composição desse grupo de despesa evidencia que os gastos com educação (+17,4%) e saúde (+7,3%) foram os principais responsáveis pelo seu crescimento. A despesa liquidada, por sua vez, registrou expansão de 13,2% no mesmo período.

A diferença entre a evolução das despesas empenhadas e liquidadas reflete a estratégia da Secretaria de Estado da Fazenda de reduzir a inscrição de restos a pagar. Em 2025, a inscrição de restos a pagar correspondeu a apenas 4,7% da despesa empenhada, a menor relação observada desde 2018. A redução do estoque de restos a pagar diminui o volume de obrigações financeiras futuras e, consequentemente, contribui para o fortalecimento da disponibilidade de caixa líquida do Estado.

A execução orçamentária também apresentou evolução significativa. Em 2025, a relação entre a despesa liquidada e a disponibilidade orçamentária atingiu 93%, ante 83% registrados em 2024. Esse avanço elevou o Paraná da 21ª para a 3ª posição no ranking nacional de execução orçamentária entre as Unidades Federativas, além de colocá-lo na liderança entre os estados integrantes do COSUD. Uma execução orçamentária mais eficiente amplia a capacidade do Estado de transformar recursos autorizados em investimentos e serviços efetivamente entregues à população.

Os investimentos liquidados alcançaram R\$ 5,9 bilhões em 2025, o maior montante registrado desde o ano 2000 em valores reais. Os investimentos voltados à promoção da produção agropecuária cresceram 337,6% em relação ao exercício anterior, enquanto os destinados à infraestrutura urbana avançaram 158,5%, ambas variações nominais. Esses resultados evidenciam o direcionamento dos recursos públicos para áreas estratégicas ao desenvolvimento econômico e à melhoria da qualidade de vida da população.

Se, pelo lado da despesa, observou-se a ampliação dos recursos destinados à infraestrutura e à prestação de serviços públicos, pelo lado da receita o Governo do Estado também atuou para ampliar a renda disponível das famílias paranaenses. A redução da alíquota do IPVA de 3,5% para 1,9%, implementada em 2025, deverá injetar aproximadamente R\$ 2,8 bilhões na economia

estadual ao longo de 2026. Esse valor representa uma desoneração equivalente a aproximadamente 11% da massa de rendimento habitualmente recebida dos trabalhadores paranaenses no primeiro trimestre de 2026.

A redução da carga tributária ocorreu após uma estabilidade das receitas do estado. Em 2025, a receita líquida alcançou R\$ 79,9 bilhões, registrando crescimento de 7,2% em relação ao exercício anterior. O ICMS, com expansão de 2,7%, foi o principal responsável pelo avanço da arrecadação.

Embora o exercício de 2025 tenha registrado crescimento das despesas em ritmo superior ao das receitas, os indicadores fiscais permaneceram em níveis bastante confortáveis. A prévia da Capacidade de Pagamento (CAPAG), divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, mostrou que o indicador de liquidez relativa — que mensura a disponibilidade de caixa líquida em relação às obrigações financeiras — alcançou 24,08%, patamar significativamente superior ao mínimo de 5,00% exigido para obtenção da nota A. O indicador de endividamento, que relaciona a Dívida Consolidada à Receita Corrente Líquida (RCL), manteve a classificação máxima. Já a razão entre despesa corrente e receita corrente atingiu 86,89%, resultado compatível com os parâmetros exigidos para as melhores avaliações fiscais.

Dessa forma, os três pilares que compõem a Capacidade de Pagamento evidenciam a solidez fiscal das finanças estaduais. Como consequência, o Paraná obteve novamente a classificação CAPAG A+, sendo o sinal “+” atribuído em razão da qualidade e consistência das informações contábeis prestadas pelo Estado. Esse reconhecimento atesta que a política fiscal vem sendo conduzida com base em informações confiáveis e em práticas de gestão amplamente reconhecidas pelos órgãos de controle e supervisão fiscal.

Para os exercícios de 2026 e 2027, espera-se a manutenção de uma política fiscal expansionista, direcionada à conversão dos recursos acumulados nos anos anteriores em investimentos e serviços públicos voltados à população paranaense. Esse processo deverá ocorrer sem comprometer a sustentabilidade fiscal do Estado, preservando níveis adequados de liquidez, baixo endividamento e elevada qualidade das informações utilizadas na tomada de decisão governamental.